

separação "absoluta", "total", "definitiva", em relação à "mãe-pátria", Portugal. Adotava-se enfim o modelo de independência. E em defesa da causa do Brasil arremeteram-se os representantes das "províncias coligadas": Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. No início, bastante hesitantes, restringindo-se a denunciar a atitude "impolítica" das "maquiavélicas" e "desorganizadoras" Cortes Gerais e Constituintes, que deliberavam sem a "manifestação geral da nação", reivindicando, sempre, a condição de detentores da nacionalidade portuguesa: "sempre fomos portugueses e queremos ser irmãos dos da Europa". Depois, a partir de janeiro de 1822, cada vez mais incisivos: ao se unirem para a permanência do príncipe regente, d. Pedro, no Brasil; ao lhe conferirem o título de "Defensor Perpétuo do Brasil"; ao convocarem uma Assembléia Constituinte no Brasil; ao proclamarem a "independência político-constitucional" do Brasil; ao decretarem resistência militar às hostilidades de Portugal; ao comunicarem aos "brasileiros", que já eram "um povo soberano" e já havia sido "dado o grande passo da vossa independência"; ao anunciarem às "nações amigas", que o Brasil proclamava "à face do universo a sua independência política". Deve-se anotar, no entanto, que em todas essas manifestações se explicitou sempre a intenção de ruptura, apenas, com as Cortes Constituintes de Lisboa, não em relação ao rei ou à nacionalidade portuguesa. Somente nos meses finais de 1822, quando o confronto de interesses entre os dois reinos atingiu o auge, exacerbando o debate entre as respectivas representações em torno da questão da permanência do Brasil no status de Reino emancipado, o discurso passou a ser mais convincente, denunciando a determinação pela ruptura da unidade luso-brasileira, ou seja, pela definitiva e absoluta independência do Brasil.

Ocasões diversas foram então referidas como marcos definidores da proclamação da Independência, sem que inicialmente tenha sido registrada alguma referência ao Sete de Setembro. A grande festa comemorativa da Independência ocorreu em 12 de outubro, dia do aniversário de d. Pedro e por isso escolhido para oficializar a sua sagração como "Imperador Constitucional e



Retrato de d. Pedro I. Óleo s/ tela, 1 x 1,40, de Benedito Calixto, c. 1902. Acervo MP/USP. Foto: José Rosael.

Defensor Perpétuo do Império do Brasil" por "unânime aclamação dos povos". O 12 de outubro marcaria, também, a data inicial do calendário nacional e a oficialização da mudança do nome de Reino do Brasil, para o de Império do Brasil. Somente mais tarde começaria a se firmar uma outra data, Sete de Setembro, como marco e representação simbólica de proclamação da Independência. Quando das conversações e acertos diplomáticos para o reconhecimento do Império do Brasil ficou ratificado, no texto do Tratado de Paz e Aliança, o sentido de concessão, por parte do rei de Portugal, da soberania do Brasil - em substituição ao princípio de aclamação dos povos, ou seja, o sentido de soberania conquistada e partilhada pelo povo, concepção até então aceita e sempre evocada pelos agente diretores

do processo histórico da Independência. Além de ficar estipulado, nesse mesmo tratado, o reconhecimento do direito de imperador do Brasil ao trono de Portugal. Ao mesmo tempo, a exigência de retirada da expressão "por unânime aclamação dos povos" do título do imperador, pela diplomacia anglo-lusa, demonstrou a necessidade de se desvincular, da memória da Independência, a imagem de um "título democrático" que assemelhava os brasileiros a "republicanos sem o serem".

Assim sendo, a celebração oficial pela assinatura desse tratado, em 7 de setembro de 1825, mereceu toda a pompa que o acontecimento requeria. Em manifestação pública, o imperador arrancaria do braço, em gesto de grande simbolismo, a divisa "Independência ou Morte", e o *Diário Fluminense* registraria as congratulações à "S.M.I. o Sr. D. Pedro, no dia do aniversário da Independência". No ano seguinte, uma nova lei, promulgada em 9 de setembro de 1826, incluiria o Sete de Setembro no calendário "de festividade nacional em todo o Império", sendo então publicado, nesse mesmo ano, o documento que faltava para a mais completa fundamentação dessa memória, o *Relato do Padre Belchior*, um dos companheiros de d. Pedro na viagem a São Paulo, em agosto/setembro de 1822. Ao mesmo tempo, José da Silva Lisboa - o visconde de Cairu, um dos agentes políticos mais expressivos do reformismo ilustrado e, depois, do liberalismo econômico - se encarregaria de reconstituir a narrativa do Sete de Setembro, explicitando minuciosamente, em texto memorável, História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil, o significado histórico dessa data. Tacitamente recorria-se ao que d. Pedro mencionara na fala de abertura da Assembléia Constituinte de 1823, ao referir-se à viagem a São Paulo: "a nossa independência foi lá primeiro que em alguma parte proclamada, no sempre memorável sítio do Piranga (...) onde fui pela primeira vez aclamado imperador".

\* *MARIA DE LOURDES VIANA LYRA*, historiadora, é autora de: *A Utopia do "Poderoso Império" - Portugal e Brasil: bastidores da política. 1798-1822. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994;* e de *Memória da Independência: marcos e representações simbólicas. Revista Brasileira de História.*

## E D I T O R I A L

### "Independência ou Morte"

*Em que pesem todas as versões e todas as pesquisas, acadêmicas ou não, o grito da nossa emancipação política continua sendo representado pelo quadro de Pedro Américo, que está preservado no Salão de Honra do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, o Museu do Ipiranga. Neste Suplemento Especial, que vem a público na época dos festejos de nossa emancipação política, tivemos diversos textos inéditos que discutem e rediscutem o nosso tema marcante: a*

*Independência. Refletir sobre esse momento histórico é rever a História e pensar no nosso país. Mais uma vez é preciso ressaltar a atuação da Imprensa Oficial do Estado, cujo apoio tem sido e será imprescindível para que o museu possa marcar momentos importantes de nossa História, através da pesquisa e trabalhos do porte dos que hoje publicamos.*

SP. 03/08/98

José Sebastião Witter  
Diretor



O Museu Paulista foi inaugurado, em 1895, no Monumento originalmente construído para delimitar o lugar da proclamação da Independência e celebrar a data de 7 de setembro de 1822. Organizado inicialmente como instituição pública especializada na área das Ciências Naturais, foi a partir da gestão de Afonso de Escragnolle Taunay que ganharam projeção acervos, exposições e pesquisas no campo da História. Em 1963, foi incorporado à Universidade de São Paulo, e só mais recentemente definiu-se o perfil de museu histórico e universitário dedicado à curadoria, à pesquisa, à produção e divulgação de conhecimentos no âmbito da história social e da história da cultura material. Foto: José Rosael.



**IMPRENSA OFICIAL**  
SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE

Sede: Rua da Mooca, 1921 - CEP 01065-970 - Mooca - São Paulo (SP) - Tel. (011) 6099-9800 - Fax (011) 6099-9439  
Internet: <http://www.imesp.com.br> - E-mail: [imesp@imesp.com.br](mailto:imesp@imesp.com.br)

Suplemento Especial do Museu Paulista da Universidade de São Paulo

Este suplemento é uma publicação da Imprensa Oficial do Estado em parceria com o Museu Paulista da Universidade de São Paulo

#### DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL

**Diretor-Presidente:** Carlos Conde  
**Diretor Industrial:** Carlos Nicolaewsky  
**Diretor Financeiro e Administrativo:** Richard Vainberg

#### REDAÇÃO

**Gerente:** Cláudio Amaral (Editor)  
**Secretaria:** Regina Helena Oliveira  
**Revisão:** Benedito Eglydio dos Santos Neto e Gilberto Gargiulli

#### EDITORIAÇÃO

**Gerente:** Eli Mendes  
**Coordenação Editorial:** José Lúcio Silva  
**Diagramação e Paginação:** Fábio A. Leal e Fatima Regina S Lima